# PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

MICHELE ARRAIAS BARBOZA

RESUMO
A prática pedagógica na educação especial envolve estratégias inclusivas que respeitam as diferenças individuais, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência. Utiliza recursos adaptados, metodologias diversificadas e colaborações interdisciplinares para garantir a aprendizagem e participação de todos no ambiente escolar. A prática pedagógica na educação especial busca garantir o direito à educação de qualidade para todos, considerando as necessidades específicas dos alunos. O trabalho do professor deve ser planejado com intencionalidade, flexibilidade e sensibilidade. É essencial promover a autonomia e o protagonismo dos estudantes. A parceria com a família e equipe multidisciplinar fortalece o processo de inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Acessibilidade; Diversidade.

## INTRODUÇÃO

A educação especial, inserida no contexto da educação inclusiva, representa um avanço significativo nas políticas públicas e práticas escolares voltadas para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. Com base nos princípios da equidade, da justiça social e do respeito às diferenças, a prática pedagógica na educação especial tem como objetivo assegurar o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral de todos os estudantes, independentemente de suas limitações, deficiências ou necessidades específicas.

O cenário educacional contemporâneo exige que os profissionais da educação estejam preparados para atuar com competência, sensibilidade e conhecimento técnico frente à diversidade que compõe as salas de aula. Nesse sentido, a prática pedagógica precisa ir além da transmissão de conteúdos. Ela deve ser orientada por uma perspectiva inclusiva, que reconheça as singularidades de cada aluno e promova oportunidades reais de participação, interação e aprendizagem.

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e outras normativas orientam e garantem o direito à educação para pessoas com deficiência em ambientes inclusivos. Essas diretrizes reforçam a importância de uma prática pedagógica comprometida com a inclusão, capaz de eliminar barreiras atitudinais, físicas, comunicacionais e pedagógicas.

No contexto da sala de aula inclusiva, o professor tem um papel fundamental na mediação do conhecimento. Cabe a ele adaptar conteúdos, metodologias, materiais e instrumentos de avaliação para atender às necessidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. É essencial que o professor tenha formação adequada, acesso a recursos pedagógicos diversificados e apoio de uma equipe multiprofissional.

O processo de inclusão escolar não é uma tarefa simples. Ele exige mudanças estruturais, culturais e pedagógicas no ambiente educacional. Muitas vezes, o professor encontra desafios como a falta de formação específica, escassez de recursos materiais e humanos, resistência de colegas e familiares, e ausência de políticas efetivas de apoio. Apesar disso, experiências exitosas mostram que, com planejamento, colaboração e sensibilidade, é possível construir práticas pedagógicas significativas e eficazes.

A valorização das potencialidades dos alunos, em detrimento de suas limitações, é um dos princípios centrais da prática pedagógica inclusiva. Isso implica em enxergar o aluno como sujeito ativo do processo de aprendizagem, capaz de construir conhecimentos, desenvolver habilidades e exercer sua autonomia. O foco deve estar no desenvolvimento global do estudante, considerando aspectos cognitivos, sociais, emocionais e físicos.

Além disso, o trabalho colaborativo entre professores regentes, professores de apoio, profissionais da sala de recursos multifuncionais e a equipe gestora da escola é fun-

damental para o sucesso da inclusão. A articulação entre esses profissionais permite a construção de um plano pedagógico mais completo e coerente com as necessidades dos alunos, favorecendo um ambiente escolar mais acolhedor e democrático.

A família também desempenha um papel essencial nesse processo. O diálogo constante entre escola e família contribui para o acompanhamento mais efetivo do desenvolvimento do aluno, além de fortalecer os laços de confiança e corresponsabilidade. A escuta ativa dos familiares e o respeito às suas experiências são atitudes que favorecem a construção de uma prática pedagógica mais sensível e contextualizada.

Outro aspecto relevante é a avaliação educacional na educação especial. Ela deve ser contínua, processual, qualitativa e inclusiva, considerando os avanços individuais dos estudantes e os contextos em que estão inseridos. A avaliação deve funcionar como um instrumento de apoio ao ensino, permitindo que o professor repense sua prática e realize intervenções pedagógicas mais adequadas.

As tecnologias assistivas também surgem como importantes aliadas da prática pedagógica inclusiva. Elas permitem a superação de barreiras comunicacionais, físicas e de acesso à informação, ampliando as possibilidades de participação dos alunos com deficiência nas atividades escolares. Softwares específicos, recursos de acessibilidade digital, pranchas de comunicação e materiais adaptados são exemplos de ferramentas que podem ser utilizadas para potencializar a aprendizagem.

É importante destacar que a inclusão não se resume à presença física do aluno na sala regular. A inclusão verdadeira envolve a efetiva participação, o respeito às diferenças e a garantia de condições adequadas para a aprendizagem. Para isso, é necessário que a escola adote uma postura inclusiva em todos os seus níveis: pedagógico, organizacional, físico e relacional.

Nesse contexto, o papel das políticas públicas é central. A implementação de programas de formação continuada, o investimento em infraestrutura acessível, a contratação de profissionais especializados e a ampliação do atendimento educacional especializado são medidas fundamentais para garantir o direito à educação de qualidade para todos. Portanto, a prática pedagógica na educação especial deve ser compreendida como um processo dinâmico, reflexivo e coletivo. Ela se constrói a partir das experiências vividas, das necessidades identificadas e das possibilidades criadas em cada contexto escolar. A escuta atenta, o olhar sensível e o compromisso com a aprendizagem de todos são elementos indispensáveis para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Acreditar na educação inclusiva é acreditar no potencial de transformação social da escola. É reconhecer que todos têm direito ao conhecimento, ao convívio e ao desenvolvimento. É romper com preconceitos, superar desafios e construir uma sociedade onde a diversidade seja respeitada, valorizada e celebrada.

## DESENVOLVIMENTO

A prática pedagógica voltada à educação especial representa um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das maiores oportunidades de transformação no cenário educacional brasileiro. Em tempos em que a inclusão passou a ser pauta central nas discussões sobre educação, torna-se imprescindível repensar e reestruturar as formas de ensinar, avaliar e conviver com a diversidade dentro das escolas. A educação especial, por sua própria natureza, exige que os profissionais da educação estejam atentos às singularidades de cada estudante, entendendo que o processo de aprendizagem não é uniforme, mas profundamente influenciado pelas condições físicas, intelectuais, emocionais e sociais de cada indivíduo.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil passou a incorporar de maneira mais expressiva os princípios da educação inclusiva em seu ordenamento jurídico. Com o avanço das políticas públicas voltadas à inclusão escolar, especialmente com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), as escolas regulares passaram a ser orientadas a acolher todos os estudantes, independentemente de suas condições. Isso significa que o aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação deve ser atendido, preferencialmente, no ensino comum,

com os apoios necessários para sua plena participação e desenvolvimento. Diante disso, a prática pedagógica na educação especial não pode ser pensada de forma isolada ou assistencialista. Ela deve fazer parte de uma proposta pedagógica mais ampla, que contemple a diversidade como princípio educativo e valor fundamental.

O educador é o principal agente dessa transformação. Ele precisa estar preparado não apenas tecnicamente, mas também eticamente, para lidar com os desafios que a inclusão impõe. Isso envolve o desenvolvimento de uma postura investigativa e reflexiva, a abertura ao diálogo e à escuta, a sensibilidade para identificar barreiras e potencialidades, e o compromisso com a aprendizagem de todos os estudantes. A formação inicial, muitas vezes, não dá conta de preparar adequadamente os docentes para atuar na perspectiva inclusiva, o que torna a formação continuada uma estratégia essencial para a atualização e o aprimoramento das práticas pedagógicas. Aprender a lidar com diferentes tipos de deficiência, adaptar materiais, flexibilizar o currículo e utilizar recursos de tecnologia assistiva são apenas alguns dos muitos saberes necessários ao professor inclusivo.

Além disso, o contexto escolar precisa estar em constante evolução para acolher e respeitar as diferenças. A inclusão não pode ser tratada apenas como uma obrigação legal ou burocrática, mas como um compromisso ético e social. O educador, nesse cenário, atua como mediador do conhecimento e como facilitador de processos que garantam o acesso, a permanência e o sucesso de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. É fundamental que o professor compreenda a singularidade de cada aluno e esteja disposto a romper com práticas pedagógicas homogêneas que excluem pela padronização. Isso significa desenvolver estratégias diversificadas de ensino, avaliar de maneira formativa e contínua, e valorizar os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. A prática pedagógica inclusiva exige, portanto, uma postura ética de respeito à diversidade e de reconhecimento do direito de todos à educação de qualidade.

Nesse percurso, a escuta ativa torna-se um dos pilares da atuação docente. O professor precisa ouvir seus alunos, suas famílias e os demais profissionais que atuam na escola para construir uma prática verdadeiramente colaborativa. A escuta permite compreender as reais necessidades dos estudantes e possibilita ajustes que fazem diferença significativa no processo de ensino e aprendizagem. Ao mesmo tempo, o educador precisa refletir sobre suas próprias práticas, reconhecer limitações, buscar apoio, e compartilhar saberes. A construção de uma cultura inclusiva depende dessa troca constante de experiências e da valorização do conhecimento coletivo.

A gestão escolar também tem papel fundamental nesse processo, pois deve criar condições para que a inclusão aconteça de forma efetiva. Isso inclui oferecer formação continuada de qualidade, garantir o suporte de profissionais especializados, promover adaptações físicas e pedagógicas no ambiente escolar, e fomentar um clima organizacional pautado pelo respeito e pela valorização das diferenças. A parceria entre gestores, professores, familiares e estudantes é essencial para o fortalecimento de práticas inclusivas. Nesse sentido, é preciso romper com o isolamento profissional e incentivar a constituição de redes de apoio dentro e fora da escola.

A formação continuada, por sua vez, deve ir além da simples oferta de cursos e oficinas pontuais. Ela precisa ser parte integrante do cotidiano escolar, articulada às demandas reais dos professores e voltada para a transformação das práticas pedagógicas. A formação em serviço, por meio de grupos de estudo, rodas de conversa, supervisão pedagógica e acompanhamento reflexivo, pode ser um caminho eficaz para o fortalecimento da prática inclusiva. O desenvolvimento profissional docente deve ser entendido como um processo permanente, que considera a experiência, os saberes prévios e os desafios do cotidiano escolar.

O trabalho com a inclusão também exige um novo olhar para a avaliação. Avaliar na perspectiva inclusiva não é apenas adaptar instrumentos ou aplicar provas diferenciadas, mas repensar os objetivos da avaliação, seus critérios e suas funções. A avaliação deve estar a serviço da aprendizagem e da valoriza-

ção dos avanços individuais, respeitando as potencialidades de cada estudante. Ela precisa ser contínua, diagnóstica, processual e formativa, permitindo que o professor intervenha de forma mais precisa e significativa.

Outro ponto importante diz respeito à articulação entre teoria e prática. A prática docente inclusiva não pode ser improvisada nem guiada apenas pela intuição. Ela deve se fundamentar em conhecimentos pedagógicos, psicológicos e sociais que embasam a atuação docente diante da diversidade. A pesquisa na escola, a sistematização das experiências e a análise crítica das ações são instrumentos valiosos para qualificar a prática pedagógica. O professor-pesquisador é aquele que observa, analisa, registra e transforma sua prática a partir da reflexão crítica e do diálogo com outros profissionais.

A afetividade também desempenha um papel central no processo de inclusão. O vínculo entre professor e aluno é mediado pela confiança, pelo respeito e pelo afeto, elementos indispensáveis para que o estudante se sinta acolhido e motivado a aprender. O ambiente escolar deve ser um espaço de segurança emocional, onde todos tenham voz e vez, e onde as diferenças não sejam vistas como problemas, mas como riquezas que ampliam a convivência e o conhecimento. Trabalhar com inclusão é, sobretudo, trabalhar com pessoas, com histórias de vida, com subjetividades.

Ademais, é essencial compreender que a inclusão não se resume à presença física do aluno com deficiência na sala de aula regular. Ela se concretiza quando há participação efetiva nas atividades, interação com os colegas, e desenvolvimento pleno das capacidades. Para isso, é necessário que a escola esteja aberta a mudanças, disposta a questionar suas estruturas, seus currículos, e suas formas de organização do ensino. A inclusão requer coragem institucional para romper com modelos tradicionais e construir novas práticas mais democráticas e igualitárias.

Nesse contexto, os recursos pedagógicos e as tecnologias assistivas são aliados importantes. Eles não substituem o trabalho do professor, mas ampliam as possibilidades de aprendizagem e promovem maior autonomia aos alunos. O uso de materiais adaptados, softwares específicos, pranchas de comunicação, entre outros, precisa ser planejado com intencionalidade pedagógica e alinhado às necessidades de cada estudante. O professor deve ser um pesquisador de recursos, atento às inovações e disposto a experimentar novas abordagens.

A interdisciplinaridade também se mostra necessária para o sucesso da inclusão. Trabalhar de forma articulada com profissionais da saúde, da assistência social, e com outros educadores, permite uma compreensão mais ampla das necessidades dos alunos e a construção de estratégias integradas de atendimento. A escola inclusiva é aquela que rompe com o isolamento e promove o diálogo entre saberes distintos, em benefício do desenvolvimento pleno dos estudantes.

A valorização da cultura escolar inclusiva implica, ainda, no combate a todas as formas de preconceito e discriminação. O preconceito não se manifesta apenas em atitudes explícitas, mas também em expectativas baixas, na invisibilização das potencialidades dos alunos com deficiência, e na naturalização das dificuldades. A luta contra o capacitismo deve fazer parte do projeto político-pedagógico da escola, orientando ações concretas de valorização da diversidade.

Em síntese, o professor é agente essencial da inclusão, mas não está sozinho nessa missão. Ele precisa do apoio institucional, de formação continuada, de parcerias e de um ambiente favorável à inovação pedagógica. A transformação da escola em um espaço verdadeiramente inclusivo depende do esforço coletivo, da escuta mútua e do compromisso ético com a equidade. A inclusão é um direito de todos e um dever de todos. Portanto, exige ações contínuas, coerentes e corajosas. É na prática cotidiana, no encontro com o outro, no respeito às diferenças e na busca permanente por justiça educacional que se constrói a escola inclusiva.

A sala de aula, tradicionalmente organizada de maneira homogênea e centrada no professor, precisa ser ressignificada. A inclusão requer ambientes mais dinâmicos, interativos e colaborativos, em que o erro seja compreendido como parte do processo de aprendizagem e em que os estudantes possam expressar seus conhecimentos

por diferentes linguagens. A prática pedagógica na educação especial se caracteriza, portanto, pela flexibilização do ensino. Isso significa permitir que o aluno com deficiência possa acessar os conteúdos escolares de formas distintas, respeitando seu ritmo, estilo de aprendizagem e modo de comunicação. Para isso, o uso de recursos didáticos adaptados, atividades diferenciadas, apoio de profissionais especializados e estratégias pedagógicas inovadoras se torna indispensável.

Além da dimensão pedagógica, é importante destacar o papel das relações interpessoais no processo de inclusão. A convivência entre estudantes com e sem deficiência favorece o desenvolvimento de atitudes de respeito, empatia e solidariedade. Contudo, esse convívio não ocorre de forma automática. É necessário que o professor atue intencionalmente para promover uma cultura escolar inclusiva, em que as diferenças não sejam motivo de exclusão, mas de enriquecimento mútuo. Trabalhar com a diversidade exige sensibilidade para perceber os preconceitos sutis que permeiam o cotidiano escolar e coragem para enfrentá-los com ética e diálogo. Nesse processo, a escuta dos estudantes, a valorização de suas vozes e a construção de vínculos afetivos são aspectos fundamentais para o sucesso da prática pedagógica.

Outro elemento essencial da prática pedagógica na educação especial é a avaliação. A avaliação inclusiva deve considerar não apenas o resultado final, mas todo o percurso de aprendizagem do estudante. Avaliar, nesse contexto, é compreender como o aluno pensa, sente, age e aprende, a partir de sua própria realidade. A comparação entre estudantes deve ser substituída pela valorização do progresso individual. Isso requer instrumentos de avaliação mais flexíveis, que incluam observações sistemáticas, portfólios, autoavaliações, produções diversas e avaliações adaptadas. Mais do que verificar o que foi aprendido, a avaliação na educação especial deve orientar o professor na construção de intervenções pedagógicas cada vez mais significativas.

A colaboração entre os profissionais da escola é outro pilar importante da inclusão. O trabalho conjunto entre o professor da sala comum, o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), os coordenadores pedagógicos e demais profissionais da equipe escolar possibilita a construção de práticas mais coerentes e articuladas. Essa parceria é fundamental para o planejamento de ações que atendam às necessidades específicas dos alunos com deficiência, bem como para a socialização de saberes e experiências entre os docentes. O AEE, realizado preferencialmente no contraturno, complementa e suplementa a formação do estudante, por meio de estratégias que favoreçam seu acesso, permanência e aprendizagem no ensino comum. Não se trata de substituir o ensino regular, mas de apoiar o estudante em suas necessidades educacionais específicas, respeitando sua singularidade.

Outro aspecto a ser considerado é a importância das famílias no processo educativo. O envolvimento da família é decisivo para o desenvolvimento do estudante com deficiência. A escola precisa estabelecer uma relação de parceria e confiança com os pais e responsáveis, promovendo encontros, rodas de conversa, momentos de escuta e construção conjunta de estratégias. O preconceito, muitas vezes presente na sociedade e até mesmo nas instituições escolares, também pode atingir as famílias, que se sentem inseguras, desinformadas ou excluídas. Por isso, acolher as famílias, ouvir suas histórias e incluir suas perspectivas no processo educacional é uma atitude pedagógica potente e transformadora.

A tecnologia tem se mostrado uma grande aliada na prática pedagógica inclusiva. Os recursos de tecnologia assistiva permitem que os estudantes com deficiência possam acessar o conhecimento de maneira mais autônoma e participativa. Computadores com leitores de tela, softwares de comunicação alternativa, lupas eletrônicas, teclados adaptados, pranchas de comunicação, entre outros dispositivos, ampliam significativamente as possibilidades de aprendizagem e interação. No entanto, é fundamental que o uso da tecnologia não se restrinja à acessibilidade técnica, mas seja integrado ao planejamento pedagógico de forma intencional e significativa. O professor deve conhecer esses recursos, saber utilizá-los e, principalmente, entender quando e por que usá-los.

A simples presença da tecnologia na sala de

aula não garante a inclusão. É preciso que ela seja mediada pedagogicamente, articulada aos objetivos de aprendizagem e adaptada às necessidades específicas de cada aluno. Isso exige que o professor assuma uma postura investigativa e sensível às potencialidades e dificuldades de seus estudantes, buscando sempre os recursos mais adequados para promover a participação de todos. A tecnologia deve ser vista como uma ponte para a aprendizagem, não como um fim em si mesma. Quando bem utilizada, ela pode proporcionar experiências educativas mais ricas, diversificadas e acessíveis, favorecendo a construção de conhecimentos de forma colaborativa e significativa. Nesse sentido, o uso da tecnologia deve estar alinhado a uma concepção de educação inclusiva que valoriza a diversidade e busca superar barreiras que limitam o acesso e a permanência dos alunos na escola.

Além disso, é essencial que os professores recebam formação adequada para lidar com essas ferramentas. Muitos educadores sentem-se inseguros ou despreparados para utilizar tecnologias assistivas, o que pode comprometer seu uso eficaz em sala de aula. A formação continuada, aliada ao apoio técnico e pedagógico, pode contribuir para que os docentes desenvolvam competências digitais inclusivas, capazes de potencializar os processos de ensino e aprendizagem. É preciso também que as escolas estejam equipadas com os recursos necessários e que haja políticas públicas que garantam a democratização do acesso à tecnologia assistiva, evitando que apenas alguns alunos se beneficiem dessas ferramentas.

A integração da tecnologia no contexto da educação inclusiva também exige mudanças nas práticas pedagógicas. O ensino tradicional, centrado na exposição oral e na cópia de conteúdos, precisa dar lugar a metodologias mais ativas, interativas e personalizadas. A tecnologia permite criar ambientes de aprendizagem mais dinâmicos, onde os alunos possam experimentar, explorar e construir o conhecimento de forma autônoma. Para isso, o professor precisa planejar atividades que façam sentido para os estudantes, que respeitem suas formas de aprender e que utilizem os recursos tecnológicos como mediadores do processo educativo.

É importante destacar ainda que a inclusão tecnológica não diz respeito apenas aos alunos com deficiência, mas a todos os estudantes. A proposta de uma educação acessível e equitativa beneficia toda a comunidade escolar, promovendo uma cultura de respeito às diferenças e de valorização da pluralidade. Quando a escola investe em tecnologia assistiva e em práticas pedagógicas inclusivas, ela amplia suas possibilidades de atuação e torna-se mais democrática e acolhedora. Nesse processo, o professor atua como um agente de transformação, capaz de criar condições para que todos os alunos aprendam com qualidade e dignidade.

A inclusão digital é, portanto, um direito que deve ser garantido a todos os estudantes, e isso implica repensar a infraestrutura das escolas, os currículos, as formas de avaliação e as práticas docentes. A tecnologia, quando bem utilizada, pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia, da comunicação, da criatividade e da autoestima dos alunos com deficiência. Ela permite que esses estudantes participem ativamente das atividades escolares, expressem suas ideias, compartilhem experiências e desenvolvam suas habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Dessa forma, o uso intencional da tecnologia torna-se uma ferramenta poderosa para promover a inclusão e a equidade na educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso reconhecer que a inclusão não é um processo que se conclui. Trata-se de um movimento contínuo de transformação, que exige disposição constante para rever práticas, reformular concepções e criar novas possibilidades. A escola inclusiva é um espaço em construção, que demanda tempo, investimento, formação e, acima de tudo, compromisso ético com a justiça social. A prática pedagógica na educação especial, nesse contexto, deve ser uma prática viva, criativa e comprometida com a promoção da aprendizagem para todos, sem exceção. Ela exige um olhar ampliado sobre o que é ensinar e aprender, sobre o que é normalidade e diferença, sobre o que é limite e possibilidade.

A educação inclusiva não se faz apenas com leis e decretos, mas com ações concretas

no cotidiano da escola. Cada gesto, cada escolha pedagógica, cada atitude diante das diferenças pode contribuir para fortalecer ou enfraquecer o processo de inclusão. Por isso, o papel do professor é central: ele é o mediador, o articulador, o agente que faz acontecer. Ao assumir uma postura inclusiva, o educador transforma não apenas a vida de seus alunos, mas também a própria escola e, em última instância, a sociedade. Que a prática pedagógica na educação especial seja, portanto, uma prática de esperança, resistência e transformação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contexto internacional. Brasília, DF: UNESCO, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Rosita Edler de. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

VIGOTSKI, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.